



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

MINUTA

CONTRATO Nº ____/2017

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA SÉTIMA REGIÃO E _____.**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO, com sede na Av. Santos Dumont nº 3.384, nesta capital, inscrito no CNPJ sob o nº 03.235.270/0001-70, neste ato representado por sua Diretora-Geral, **MARIA EVELINE FERNANDES BARRETO**, portadora do CPF nº 293.562.883-72 e RG nº 90003031352 – SSPDS-CE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, adiante denominada **CONTRATADA** e aqui legalmente representada por _____, portador do CPF nº _____ e R.G nº _____, resolvem firmar o presente negócio jurídico, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto nº 5.450/05, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, tendo em vista o certame licitatório realizado na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob o nº ____/2017, e o que consta do Processo Administrativo Eletrônico (Proad) TRT7 nº. **2433/2017**, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente avença consiste na aquisição de itens do(s) Lote(s) _____ da **Ata de Registro de Preços nº ____/2017**, de acordo com a tabela abaixo:

Lote	Descrição	Qtd
01	Coletor de Dados a LASER, com conexão USB e garantia On Site de 1 ano.	
02	Leitor de Código de Barras sem Fio a LASER e garantia On Site de 1 ano.	
03	Leitor de Código de Barras com Fio a LASER, com conexão USB e garantia On Site de 1 ano.	
04	Impressora Térmica de Código de Barras com garantia On Site de 1 ano, acompanhada de 1 Ribbon e 1 Rolo de Etiquetas Poliéster 50mm x 20mm.	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONTRATO

2.1 São partes integrantes deste termo, como se aqui estivessem integralmente transcritos, os seguintes documentos:

- a) o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ e seus anexos;
- b) a proposta apresentada pela CONTRATADA.

2.1.1 Considera-se expressamente revogado o contido na proposta apresentada pela CONTRATADA que disponha em contrário ao estabelecido neste termo de contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. As especificações do objeto estão descritas no **ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO** do Termo de Referência/Projeto Básico.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA

4.1. O material deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias, contados da formalização do instrumento contratual.

4.2. O material deverá ser entregue sem ônus para o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, na Divisão de Material e Patrimônio – DMP, situada na Rua Vicente Leite, nº. 1.281, Anexo II, 2º andar, Aldeota, Fortaleza-CE, no horário de 8h às 14h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

4.3. Os produtos que apresentarem defeitos imediatos serão devolvidos e deverão ser repostos pelo licitante contratado, em até **15 (quinze) dias**, contados a partir da devolução.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O material será recebido:

- a) **Provisoriamente**, no ato da entrega, acompanhado da Nota Fiscal e Termo de Garantia;
- b) **Definitivamente**, em até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade do bem entregue, com as especificações e condições estabelecidas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE GARANTIA DO MATERIAL

6.1. Garantia “on site” não inferior a 12 (doze) meses para todos os componentes, contada a partir do recebimento definitivo, a ser exercida nas instalações do TRT da 7ª Região na Capital do Ceará, Município de Fortaleza, nos seguintes endereços:

- a) Av. Tristão Gonçalves, 912, Centro - Fórum Autran Nunes;

- b) Av. Santos Dumont, 3384, Aldeota - TRT sede;
- c) Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077, Aldeota - TRT Anexo I;
- d) Rua Vicente Leite, 1281, Aldeota – TRT Anexo II.

6.2. A abertura de chamados técnicos comunicando defeitos deverá ser por telefone com número local (085) ou 0800 ou por correio eletrônico. Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.

6.3. Os produtos que apresentarem defeitos deverão ser substituídos ou reparados, sem ônus adicional ao TRT da 7ª Região, no prazo máximo de **30 (trinta)** dias corridos, contados da data da abertura do chamado.

6.4. A assistência técnica, prestada durante a garantia, consistirá na execução de todos os serviços necessários ao perfeito funcionamento do equipamento com o fornecimento, sem custo adicional, de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive peças.

6.5. A assistência técnica será prestada na modalidade “on site”, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 14h, e consistirá na reparação das eventuais falhas do equipamento e na substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos e de acordo com manuais e normas técnicas específicas para o referido equipamento.

6.6. A CONTRATADA deverá garantir assistência técnica do equipamento, seja por meio da rede mantida pelo próprio fabricante ou por meio de rede por ele credenciada, sendo, em todo caso, capaz de prestar atendimento nos locais de entrega dos equipamentos.

6.7. A assistência técnica utilizará apenas peças e componentes originais salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

6.8. Quando um chamado técnico for realizado via telefone, o prazo descrito no subitem **6.3** iniciará a partir do contato telefônico.

6.9. Quando um chamado técnico for realizado via e-mail, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, responder à solicitação de reparo ou substituição. O prazo descrito no subitem 6.3 iniciará a partir da resposta da CONTRATADA.

6.10. O término do reparo/substituição do equipamento não poderá ultrapassar o prazo descrito no subitem 6.3, caso contrário deverá ser providenciado pela CONTRATADA a colocação de equipamento equivalente ou de superior configuração como substituto temporário, em perfeitas condições de uso, até que seja sanado o defeito do equipamento. O prazo máximo para o equipamento substituto permanecer no Tribunal não deverá ser superior a **30 (trinta)** dias corridos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita), preposto responsável por representar a CONTRATADA durante esse período.

7.2 Entregar os produtos nas quantidades solicitadas, na forma, prazo e local estabelecidos neste Termo.

7.3. Entregar os produtos em suas respectivas embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento.

7.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento da notificação do

CONTRATANTE, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar ao TRT/7ª Região ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

7.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

7.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação.

7.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

7.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.10. Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pelo CONTRATANTE, nos limites estabelecidos na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Emitir a(s) Nota(s) de Empenho, para fornecimento do material.

8.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA às dependências do TRT.

8.3. Atestar a(s) Nota(s) fiscal(is)/Fatura(s) para efeito de pagamento.

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.5. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecidos neste Termo.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A gestão e a Fiscalização da contratação caberão aos servidores designados pela Administração do CONTRATANTE, mediante portaria. Nos impedimentos e afastamentos legais destes, suas funções serão desempenhadas pelos seus respectivos substitutos, designados mediante portaria.

9.2 A Administração do CONTRATANTE poderá designar outro gestor/fiscal, quando conveniente, **também mediante portaria**, sem necessidade de elaboração de Termo Aditivo.

9.3 Em qualquer das hipóteses de designação da gestão/fiscalização previstas nos itens 9.1 e 9.2, caberá à gestão/fiscalização comunicar à CONTRATADA da sua designação.

9.4 Ao gestor do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, auxiliado por seus fiscais; dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração; atestar nas respectivas Notas Fiscais a efetiva entrega dos bens em conformidade com as especificações contidas neste contrato e no termo de referência, para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

9.5 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelo gestor do Contrato, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

9.6 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei nº. 8.666/93.

9.7 As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA poderão ser prestados através dos telefones (85) 3388.9417 e 3388.9366.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR DO CONTRATO

10.1 A presente contratação tem o valor global de R\$ _____, ____ (_____), conforme Tabela abaixo:

Lote	Descrição	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Coletor de Dados a LASER, com conexão USB e garantia On Site de 1 ano.			
02	Leitor de Código de Barras sem Fio a LASER e garantia On Site de 1 ano.			
03	Leitor de Código de Barras com Fio a LASER, com conexão USB e garantia On Site de 1 ano.			
04	Impressora Térmica de Código de Barras com garantia On Site de 1 ano, acompanhada de 1 Ribbon e 1 Rolo de Etiquetas Poliéster 50mm x 20mm.			
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)				

10.2 No valor contratado estão inclusas todas as despesas, bem como tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) na conta bancária fornecida pela empresa, em até 05 (cinco) dias úteis após o **recebimento definitivo**, ocasião em que o Tribunal verificará a regularidade perante a Seguridade Social (**INSS**), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), a **Fazenda Estadual**, bem como a regularidade trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

11.2 A comprovação da regularidade fiscal poderá ser obtida por este órgão através de consulta ao **SICAF** ou aos sítios em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar as informações respectivas.

11.3 A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta de titularidade da CONTRATADA onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

11.4 Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que

motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.5 Considera-se como efetivo pagamento o dia da entrega da ordem bancária na respectiva unidade bancária.

11.6 Nos casos de atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data limite para pagamento e à correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal, são calculados, na forma do art. 36, §4º da Instrução Normativa nº 02/08 do MPOG, por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = \frac{6/100}{365}$ $I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, se praticar alguma das seguintes ações:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar documentação exigida no Contrato;
- c) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal.

12.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia**, calculada sobre o valor da quantidade entregue intempestivamente, limitada a **10% (dez por cento)**.

12.2.1. Se o atraso de que trata o item **12.2** ultrapassar o prazo de **60 (sessenta) dias**, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

12.3. Além das penalidades acima previstas, a CONTRATADA poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa, no percentual de 10 % (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do contrato;

c) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total;

d) multa, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

12.4 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e será descontada da respectiva Nota Fiscal.

12.5. A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.

12.6 As penalidades decorrentes dos itens supra serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1 O Contrato terá vigência a contar de sua assinatura até ____ / ____ / 20____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta do elemento de despesa **4490 52 - MATERIAL PERMANENTE**, constante da Atividade **15.108.02.122.0571.4256.0023 – APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO**. Nota de empenho nº. _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 O CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente Contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

15.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Procedimento Administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.3 A rescisão de que trata o item **15.1**, exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Qualquer modificação ou alteração no presente Contrato será formalizada mediante termo aditivo, objetivando atender aos interesses das partes e ao objeto deste instrumento de Contrato, **salvo hipótese de alterações relativas à gestão/fiscalização**.

16.2 Os termos aditivos são partes integrantes deste Contrato, como se nele estivessem transcritos.

16.3 Este Contrato administrativo regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 De conformidade com o disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, o presente contrato será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 É competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Ceará, com exclusão de outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Fortaleza, ____ de _____ de 2017.

MARIA EVELINE FERNANDES BARRETO
DIRETORA GERAL DO TRT DA 7ª REGIÃO
CONTRATANTE

CONTRATADA